



“Concurso Público com publicidade internacional para o fornecimento, a instalação e o comissionamento de 3 carregadores duplos de veículos elétricos de 180 Kw de potência”

Programa de Procedimento

junho de 2025

BUSWAY – Ciraveiro, S.A.
Rua dos Ervideiros, nº 192 – 3800-639 Cacia
Tel: +351 234 108 180 – geral@busway.pt
www.busway-cira.pt

Capital Social 800.000,00 Euros. NIF 517 214 946. Matric. na C.R.C. de Aveiro sob o n.º 517 214 946

Artigo 1.º

Identificação do Procedimento

O presente procedimento, com publicidade internacional, é designado por “*Concurso Público com publicidade internacional para fornecimento, instalação, comissionamento e fornecimento de 3 carregadores duplos de veículos elétricos de 180 Kw de potência.*”

Artigo 2.º

Objeto do Procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto o fornecimento, a instalação e o comissionamento de 3 carregadores duplos de veículos elétricos de 180 Kw de potência, de acordo com o estabelecido no presente Programa de Procedimento (PP) e no Caderno de Encargos (CE) e respetivos anexos.
2. Os 3 carregadores duplos de veículos elétricos de 180 Kw de potência destinam-se aos mini-autocarros de categoria M2, da classe A, com piso integral para transporte urbano de passageiros que a Entidade Adquirente pretende adquirir e cujas características técnicas encontram-se descritas no Anexo I ao CE, pelo que devem ser compatíveis com aqueles, sob pena de exclusão.
3. Em face do período temporal pretendido para o fornecimento, a identidade e quantidade dos carregadores duplos de veículos elétricos, pretende-se que seja feita a adjudicação através de um lote único, e que por tais motivos de ordem temporal, técnica e funcional, a gestão de um único contrato se revela mais eficiente.

Artigo 3.º

Entidade Adquirente

A Entidade Adquirente é a BUSWAY – CIRAVEIRO S.A., sociedade anónima adiante também designada por “BUSWAY”, com sede em Rua dos Ervideiros, n.º 192, 3800- 639 Cacia, Aveiro.

Artigo 4.º

Decisão de Contratar

O órgão que tomou a decisão de contratar e a realização da despesa foi o Conselho de Administração da Entidade Adquirente, por deliberação datada de 27 de junho de 2025.

Artigo 5.º

Preço base

1. O preço base do procedimento é o montante máximo que a Entidade Adquirente se dispõe a pagar, acrescido de IVA à taxa legal aplicável e encontra-se definido no Caderno de Encargos.
2. O preço base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, tais como os preços atualizados do mercado obtidos através de consulta preliminar do mercado.

Artigo 6.º

Peças do Procedimento

O Concurso é constituído pelas seguintes peças:

BUSWAY – Ciraveiro, S.A.
Rua dos Ervideiros, nº 192 – 3800-639 Cacia
Tel: +351 234 108 180 – geral@busway.pt
www.busway-cira.pt

- a) Programa de Procedimento e respetivos anexos (PP);
- b) Caderno de Encargos (CE);
- c) Esclarecimentos e retificações de erros e omissões, que prevalecem sobre as anteriores, em caso de divergência.

Artigo 7.º

Consulta de documentos e Fornecimento das Peças do Procedimento

Os documentos que servem de base ao procedimento estão disponíveis na plataforma eletrónica da *acinGov* e podem ser consultados na sede da Entidade Adquirente.

Artigo 8.º

Fundamento da Escolha do Procedimento

Sem prejuízo de a Entidade Adquirente não ser Entidade Adjudicante, para efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, o presente procedimento adota a tramitação de Concurso Público Com Publicidade Internacional, para assegurar cabalmente o cumprimento dos princípios do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Artigo 9.º

Concorrentes

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do Contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária.
4. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:
 - a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei;
 - b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que entretanto tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
 - c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em

matéria profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;

- d)** Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e)** Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- f)** Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória de proibição de participação em procedimentos de contratação pública previstos em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e igualdade e não discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º, durante o período fixado na decisão condenatória;
- g)** Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- h)** Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de

se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:

- i)** Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
- ii)** Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º-B do Código Penal;
- iii)** Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv)** Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;
- v)** Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;

vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011;

i) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

j) Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações erróneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação;

k) Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão;

l) Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento, à aplicação de sanções que tenham atingido os valores máximos aplicáveis nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos, ou a outras sanções equivalentes.

5. Para efeitos do disposto na alínea k) do número anterior, podem ser ponderadas, como medidas menos gravosas que a exclusão, designadamente, a substituição de membros do júri ou de peritos que prestem apoio ao júri, a instituição de sistemas de reconfirmação de análises, apreciações ou aferições técnicas, ou a proibição de o Concorrente recorrer a um determinado subcontratado.

Artigo 10.º

Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como a lista na qual os Concorrentes identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetadas nas peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, na plataforma, pelo Júri do procedimento até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número anterior, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não forem expressamente aceites.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos pontos 1 a 3, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do

procedimento, bem como prestar esclarecimentos até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 11.º

Noção de Propostas

1. A proposta é a declaração pela qual o Concorrente manifesta à Entidade Adquirente a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta, os Concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente PP, CE e demais documentação anexa.
3. Para efeitos do presente PP, entende-se por atributo da proposta qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo CE.

Artigo 12.º

Apresentação das Propostas

1. Cada Concorrente poderá apresentar apenas 1 (uma) proposta.
2. Não serão admitidas propostas variantes, nem com alterações ao Caderno de Encargos.

Artigo 13.º

Documentos da proposta

1. Fazem parte da proposta, os seguintes documentos:

- a)** Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), assinado pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b)** Declaração com indicação do preço contratual do fornecimento, instalação e comissionamento de 3 carregadores duplos de veículos elétricos duplos de veículos elétricos de 180 Kw de potência, elaborada de acordo com o Anexo I ao presente PP;
- c)** Lista das espécies de trabalhos e mapa de quantidades, de acordo com o Anexo II ao presente PP;
- d)** Catálogos técnicos ou documento com as características técnicas dos carregadores duplos de veículos elétricos a fornecer;
- e)** Plano de trabalhos e cronograma financeiro para a execução do Contrato, incluindo a realização dos trabalhos de construção, sujeitos à Lei n.º 41/2015, de 3 de Junho, na sua redação atualizada.
- f)** Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos de esclarecimento dos atributos da proposta.

2. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo Concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular.

3. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso em que devem ser junto à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.

Artigo 14.º

Indicação do Preço

1. Os preços serão em Euros e não incluem o IVA, o qual acrescerá à taxa legal, quando aplicável.
2. Os preços constantes de cada proposta serão indicados em algarismos e por extenso e arredondados até à segunda casa decimal.
3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
4. O preço total do objeto do presente contrato reporta-se à totalidade dos equipamentos, materiais e trabalhos inerentes ao fornecimento, instalação, operacionalização e comissionamento dos três carregadores de veículos elétricos de 180 Kw de potência, incluindo: a elaboração do projeto eletrotécnico; o fornecimento e instalação de quadros elétricos; os serviços de instalação elétrica e de construção civil; o fornecimento e a instalação de sinalética vertical; o serviço de projeto e de licenciamento junto das autoridades competentes; o serviço de comissionamento e ensaios; serviço de certificação, para utilização.
5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 15.º

Idioma dos Documentos

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior, os catálogos técnicos ou documentos equivalentes que podem ser apresentados em língua portuguesa, inglesa ou francesa, sem demais formalidades.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Entidade Adquirente reserva-se o direito de

requerer ao Concorrente a junção de tradução de documentos técnicos que sejam entregues em língua estrangeira.

Artigo 16.º

Modo e Prazo de Apresentação das Propostas

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser submetidos na plataforma até às 17 horas do trigésimo dia a contar da data do envio para publicação do anúncio do presente concurso para o Serviço de Publicações Oficiais da União Europeia.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregues aos Concorrentes, pela plataforma eletrónica, recibos eletrónicos comprovativos dessa receção.
3. Os Concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e horas limite respetivas referidas no número 1 do presente artigo. Os Concorrentes serão os únicos responsáveis por todos os atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação, na hipótese da entrega da documentação se verificar já depois de decorrido o prazo estabelecido.
4. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo Concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular, de acordo com o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso em que deve ser junto à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.

Artigo 17.º

Supressão de Irregularidades Constantes dos Documentos que Constituem a Proposta

Caso sejam detetadas irregularidades, não essenciais, nos documentos que constituem a proposta apresentada pelo concorrente, o Júri concede ao concorrente relativamente ao qual se verifiquem irregularidades, um prazo máximo de 5 (cinco) dias para supressão das mesmas.

Artigo 18.º

Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas

1. O Concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. A Entidade Adquirente, dentro do prazo de validade indicado no número anterior e no processo de avaliação das Propostas, poderá convocar qualquer dos Concorrentes para esclarecimentos de dúvidas. Para o efeito, poderá exigir ao Concorrente a prévia experimentação do carregador duplo de veículo elétrico de 180 Kw de potência do tipo proposto, solicitando ao Concorrente a apresentação do mesmo no prazo pretendido pela Entidade Adquirente.
3. O prazo a que se refere o número 1 deste artigo, considerar-se-á tacitamente prorrogado por igual período, pelos Concorrentes que nada requeiram em contrário.

Artigo 19.º

CrITÉrio de Adjudicação e Modelo de Avaliação

A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade multifator, conforme modelo de avaliação das propostas constante do **Anexo III ao PP**.

Artigo 20.º

Critério de desempate

Aplicado o critério de adjudicação referido no artigo anterior, em caso de empate, para efeito de ordenação das propostas, será realizado sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, na presença dos Concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adquirente.

Artigo 21.º

Esclarecimentos Sobre as Propostas

1. O Júri do procedimento pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos Concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na plataforma eletrónica, sendo todos os Concorrentes notificados desse facto.

Artigo 22.º

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas e da aplicação do critério de adjudicação, o Júri do Procedimento elabora um Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas ordenando as propostas admitidas por ordem decrescente, de acordo com a metodologia de avaliação fixada para o efeito.
2. No Relatório Preliminar, o Júri do Procedimento deverá também propor,

fundamentadamente, a exclusão das propostas.

3. Elaborado o Relatório Preliminar, este é enviado para os Concorrentes através da plataforma eletrónica, para efeitos de audiência prévia prevista no Artigo 24.º do presente PP.

Artigo 23.º

Causas de Exclusão das Propostas

No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri do Procedimento deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas:

- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b) Que sejam apresentadas por Concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do Artigo 9.º do presente PP;
- c) Que sejam apresentadas por Concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a Entidade Adquirente tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no n.º 4 do Artigo 9.º do presente PP;
- d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no Artigo 13.º do presente PP;
- e) Que não cumpram o disposto nos Artigos 14.º, 15.º e 16.º do PP;
- f) Que sejam apresentadas propostas variantes;
- g) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas;
- h) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os Concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- i) Cuja análise revele alguma das situações seguintes:
 - (i) Que desrespeitam manifestamente o objeto do contrato a celebrar, ou que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, incluindo não serem compatíveis com os mini autocarros a adquirir;

- (ii) Que apresentam algum dos atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência.
- (iii) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- (iv) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- (v) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- (vi) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

Artigo 24.º

Audiência Prévia

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos Concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Os Concorrentes têm 3 (três) dias após a notificação do Relatório Preliminar para se pronunciarem por escrito, na plataforma eletrónica, sobre o mesmo.

Artigo 25.º

Relatório Final

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri do Procedimento elaborará um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo, ainda, propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase,

a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 1 do Artigo 23.º do PP.

2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Procedimento procede a nova audiência prévia.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 26.º

Notificação da Decisão de Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final de avaliação das propostas.
2. Notificado da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos pelo Artigo 29.º do presente PP;
 - b) Confirmar, se aplicável, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

Artigo 27.º

Reserva de Não Adjudicação

1. O presente procedimento é lançado no âmbito da candidatura da Entidade Adquirente ao *Aviso N.º 01/C21-i12/2024 – Medida Reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos* enquadrado no Plano de Recuperação e Resiliência pelo que poderá ser revogado a qualquer momento, sem direito a qualquer indemnização, desde que: (i) a Entidade Adquirente perca

o interesse no fornecimento objeto do Contrato; (ii) ou a sua candidatura não venha a ser selecionada, nos moldes pretendidos ou, (iii) se selecionada a candidatura, a decisão de financiamento venha a ser anulada, revogada ou, de qualquer forma, cancelada.

1. A qualquer momento, pode igualmente pôr-se termo ao presente procedimento em curso, sempre que, de acordo com os objetivos a prosseguir, o resultado das análises e avaliações realizadas até então não correspondam, em termos satisfatórios, aos fins subjacentes à celebração do Contrato.
2. Em caso de não adjudicação nos termos dos números anteriores, não assiste aos Concorrentes o direito a qualquer compensação, seja a que título for.

Artigo 28.º

Caução

1. É exigida a prestação de caução.
2. Para efeitos de garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato, o Adjudicatário prestará, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de notificação de adjudicação, caução no valor de 5% do preço contratual.
3. A caução será prestada por depósito em dinheiro, mediante garantia bancária à primeira solicitação ou mediante seguro-caução.
4. O Adjudicatário deve comprovar a prestação da caução no dia útil imediatamente subsequente, através da junção (upload) do documento na plataforma eletrónica.
5. Os documentos originais comprovativos da caução prestada devem ser enviados para a BUSWAY, devendo fazer referência ao presente PP.
6. A adjudicação caduca se, por facto que seja imputável ao Adjudicatário, este não preste a caução no prazo fixado para o efeito.
7. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

Artigo 29.º

Documentos de habilitação

- 1.** O Adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica, os seguintes documentos de habilitação até às 17 horas do 3º (terceiro) dia útil após a notificação da decisão de adjudicação:
 - a)** Declaração emitida conforme Modelo constante do Anexo IV do presente PP;
 - b)** Certidão do registo comercial com todas as inscrições em vigor, onde constem os poderes necessários para outorgar o contrato ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - c)** Certificado emitido pela entidade competente atestando a regularização da situação tributária em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d)** Certificado emitido pela entidade competente atestando a regularização da situação relativamente a contribuições para a segurança social, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
 - e)** Documento comprovativo da titularidade de alvará ou de título de registo, consoante aplicável, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.) para a realização dos trabalhos de construção, sujeitos à Lei n.º 41/2015, de 3 de Junho, na sua redação atualizada: 4ª categoria e 4ª subcategoria, em classe que cubra o respetivo valor dos trabalhos.
 - f)** Ficha de Qualificação da E-redes para A1.7 Classe de Obra Postos de Seccionamento e de Transformação (CO PST).
- 2.** Para efeitos do disposto nas alíneas anteriores, o Adjudicatário pode socorrer-se da habilitação de subcontratados, nos termos da legislação aplicável.
- 3.** Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua

portuguesa, salvo se emitidos em país estrangeiro, caso em que serão admitidos documentos na língua inglesa ou francesa.

4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo Adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 3 (três) dias destinado ao suprimento das mesmas.
5. A Entidade Adquirente poderá solicitar ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

Artigo 30.º

Falsidade dos Documentos e das Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

Artigo 31.º

Notificação da Apresentação dos Documentos de Habilitação

Os Concorrentes serão notificados, em simultâneo, pela Entidade Adquirente, via plataforma eletrónica, da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

Artigo 32.º

Redução do Contrato a Escrito

O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte de papel com a aposição das assinaturas.

Artigo 33.º

Aprovação da Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
3. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao Adjudicatário.

Artigo 34.º

Aceitação da Minuta do Contrato e Outorga do Contrato

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.
2. São apenas admissíveis reclamações da minuta do contrato com fundamento na previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato.

Artigo 35.º

Contagem dos Prazos

1. Os prazos fixados para a apresentação da proposta são contínuos.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os restantes prazos referidos contam-se da seguinte forma:
 - a) O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades;
 - b) Não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr;
 - c) O prazo fixado suspende-se nos sábados, domingos e feriados;
 - d) Na contagem dos prazos legalmente fixados em mais de seis meses, incluem-se os sábados, domingos e feriados;
 - e) É havido como prazo de um ou dois dias o designado, respetivamente, por 24 ou 48 horas;
3. Para efeitos do disposto no número anterior, apenas são considerados feriados, os feriados nacionais.

Artigo 36.º

Objeto do Dever de Sigilo

1. A Adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adquirente de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 37.º

Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 38.º

Notificações e Comunicações

Todas as notificações relativas às fases do procedimento de formação do contrato e que devam ser praticadas num determinado prazo, designadamente as notificações e comunicações referentes ao relatório preliminar, audiência prévia e relatório final, são feitas através da plataforma eletrónica.

Artigo 39.º

Legislação Aplicável

1. Atendendo ao facto de a Entidade Adquirente não ser, para efeitos do Código dos Contratos Públicos, entidade adjudicante, o presente procedimento apenas se rege pelo Código dos Contratos Públicos, na estrita medida em que haja remissão expressa para o mesmo.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em caso de dúvida na interpretação dos artigos e do teor das declarações ora exigidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇO

(para efeitos do Artigo 13.º/1 b) do PP)

1. O Concorrente [●] (firma, número de identificação fiscal, sede e capital social e, caso de agrupamento concorrente, aplicável a cada membro do agrupamento), neste ato representado por [●], na qualidade de representante legal, com poderes para o ato, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar, declara pelo presente que se obriga a executar o objeto do *“Concurso Público com publicidade internacional para o fornecimento, a instalação e o comissionamento de 3 carregadores duplos de veículos elétricos de 180 Kw de potência”* em conformidade com o conteúdo do caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara ainda que se obriga a executar o objeto do *“Concurso Público com publicidade internacional para o fornecimento, a instalação e o comissionamento de 3 carregadores duplos de veículos elétricos de 180 Kw de potência”*, pelos seguintes preços¹:

¹ Todo e cada um arredondado até à segunda casa decimal. Inserir preços em numérico e por extenso.

Preço do posto de carregamento, sem IVA (€)	% do IVA	n.º de unidades	Preço dos três carregadores, com IVA (€)
[•]€			[•]€
Preço dos trabalhos de construção, sujeitos à Lei 41/2015, de 3 junho, na sua redação atualizada, sem IVA (€)	% do IVA (%)	n.º de unidades	Preço, com IVA (€)
[•]€		N/A	%

Preço Total, sem IVA	[•]€
Preço Total, com IVA, à taxa de [•]€	[•]€



[●] (local), [●] (data)

[●] (assinatura²)

² Datar e assinar o documento pelo(s) representante(s) legal(ais) do(s) Concorrente(s) com poderes para o(s) vincular.



ANEXO II
(VER EXCEL)

ANEXO III

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E MODELO DE AVALIAÇÃO

(Para efeitos do Artigo 19.º do PP)

1. A adjudicação é efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, a qual é calculada de acordo com os seguintes fatores, subfatores e coeficientes de ponderação:
 - a) F1: Preço – 70%
 - b) F2: Garantia– 30%
2. A Proposta economicamente mais vantajosa é a proposta que apresenta a maior Classificação Final, entendida como o somatório de todas as pontuações dos fatores e subfatores elementares, multiplicados pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação (n.º 4 deste artigo – Fórmula de cálculo da Classificação Final).
3. A pontuação será atribuída numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) para cada um dos fatores ou subfatores constantes na avaliação de propostas, conforme ponto seguinte.
4. A fórmula de cálculo para a Classificação final será a seguinte:

$$CF = (0,70) \times F1 + (0,30) \times F2$$

5. A classificação de cada Fator, é dada pelo somatório da nota de cada subfactor multiplicada pela respetiva ponderação, arredondada a duas casas decimais.

6. A Avaliação de **F1 – Fator Preço** é calculada da seguinte forma:

$$F1 = \left(\frac{PB - PP}{PB} \right) \times 100$$

Em que:

PB = Preço Base: 365.600,00€ (trezentos e sessenta e cinco mil e seiscentos euros) do procedimento;

PP = Preço Total Proposto.

7. A Avaliação de **F2 – Garantia** valoriza o período durante o qual o fabricante garante o bom funcionamento dos carregadores e é calculada da seguinte forma:

$$F2 = \left(\frac{GP - GM}{GM} \right) \times 100$$

Em que:



GM = Garantia Mínima exigível: 24 meses (vinte e quatro meses);

GP = Garantia Proposta.

BUSWAY – Ciraveiro, S.A.
Rua dos Ervideiros, nº 192 – 3800-639 Cacia
Tel: +351 234 108 180 – geral@busway.pt
www.busway-cira.pt

Capital Social 800.000,00 Euros. NIF 517 214 946. Matric. na C.R.C. de Aveiro sob o n.º 517 214 946

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Para efeitos do Artigo 29.º/1 a) do PP)

1. O Concorrente [●] (firma, número de identificação fiscal, sede e capital social e, caso de agrupamento concorrente, aplicável a cada membro do agrupamento), neste ato representado por [●], na qualidade de representante legal, com poderes para o ato, declara pelo presente, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica [●] como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados] os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[●] (local), [●] (data)



[●] (assinatura³)

³ Datar e assinar o documento pelo(s) representante(s) legal(ais) do(s) Concorrente(s) com poderes para o(s) vincular.